

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 04.05.83

Pg.: \_\_\_\_\_

### 190 Empresa acusa Funai de invasões no PA

Sob o título "GARIMPEIROS PODEM AGRAVAR TENSÃO INDÍGENA NO PARÁ", fontes da FUNAI/Belem-PA, manifestaram pela imprensa: "Grande preocupação com possíveis invasões de terras indígenas por garimpeiros, que poderão ocorrer nos próximos meses". Esta manifestada preocupação, deveria ser um sentimento constante e permanente nos atos e nas ações dos funcionários lotados naquela fonte, de vez que, o resguardo do Patrimônio Indígena, é um dos fundamentos do Estatuto do Índio. É óbvio que qualquer invasão, somente acontece, quando não se contém as primeiras incursões.

A realidade sobre as invasões em terras indígenas, na grande maioria dos casos, vem se configurando, desde 1979, como sendo de pelo menos dois tipos: a consentida, e a oficializada.

"... parte dos 25 mil garimpeiros de Serra Pelada, poderá ser deslocada para a área do Cumarú, causou apreensão entre os sertanistas... os sertanistas acham que, como a maioria dos garimpos do Xingu já está com lotação completa, os garimpeiros naturalmente vão penetrar em reservas indígenas, como já vem ocorrendo".

A Serra Pelada e o Cumarú, são dois exemplos de invasão oficializada que, por sua natureza e propósitos, obedece a um plano e a um comando oficial. É lógico que no plano e programas que regem as locações do garimpo de natureza oficializada, devem constar os locais, previamente escolhidos, para serem usados como alternativas, no caso de se mostrar a necessidade de transferências de garimpeiros.

Todos sabemos que, hoje, em Serra Pelada, o trabalho do garimpeiro, além de ser tecnicamente inseguro, é de resultado antieconômico. A grande realidade sobre deslocamento de garimpeiros para Cumarú, como para a área Kaiapó, como para qualquer outra área situada em reserva indígena (demarcada ou não), é o fato previsto, aceito e desejado pela Funai, que, para tanto, vai permitindo a invasão consentida, para, depois, torná-la oficializada.

"Desde novembro/81 a delegacia da Funai vem tentando, sem êxito, retirar uma empresa de mineração, a Shelita, de dentro da reserva Kaiapó. A Shelita... assinou um contrato particular com o cacique... os índios apóiam a garimpagem, que já envolve 3.500 homens".

A fonte de informação manifesta-se tendenciosamente, confundindo o

legítimo direito da empresa, como interesse do garimpeiro, e com o desejo do índio. A Shelita presta serviços para a Stannun. Ambas são empresas de mineração, com capitais inteiramente nacionais; a Stannun é a detentora dos alvarás de pesquisa, que lhes foram concedidos pelo MME/DNPM, em 1979. Os trabalhos de pesquisas, a partir de 1980, foram inúmeras vezes interrompidos, por ordem da Funai, que passou, então, a alegar estarem os alvarás, incidindo em terras sob a sua jurisdição. Esta é uma questão ainda em julgamento pela Funai.

Quanto ao acordo particular efetuado entre a empresa e o cacique Pombo, do grupo Kriketum, ainda não conseguimos entender o por que da discriminação que a Funai faz: não permite o acordo entre a empresa e o cacique, porém, consente no trabalho, em sua área, conforme diz a fonte de informação, de pelo menos 3.500 homens, os quais, é claro, devem estar garimpando, com batéis e com "chupadeiras", sob a égide de alguns acordos particulares efetuados com o mesmo cacique Pombo.

A partir de setembro do ano passado, verificou-se um aumento das pressões sofridas pela empresa, culminando com mais uma interrupção nos trabalhos, e a perda do controle da quantidade de garimpeiros, cerca de 250 homens, em sua área de pesquisa. A empresa está aguardando, e conta com as providências prescritas em lei, que devem ser tomadas pelo DNPM e pela Funai, no sentido de resguardar-lhe o direito que tem, de dar continuidade aos seus trabalhos.

"As fontes acham que esse exemplo e o estímulo à penetração de novos garimpeiros vão causar atritos com os índios".

Tais fontes de informação, procedentes da Funai/Belem-PA, querem impingir à empresa, o "exemplo e o estímulo" que estão se verificando, hoje, naquela área. Reafirmamos que, o que naquela área está acontecendo, é exatamente o que a empresa não fez, e não fará jamais. A empresa denunciou e informou aos órgãos competentes, inclusive à Funai, sobre a possibilidade desta invasão que hoje se verifica, inclusive com entrada de máquinas e equipamentos.

Pelo que se pode deduzir, estamos tendo a comprovação de que as áreas dos alvarás de pesquisa, autorizados pelo MME, em 1979, e contestados pela Funai, a partir de 1981, devem estar plotadas nos planos oficiais do Projeto Cumarú.